

Preconceito e discriminação na construção do povo brasileiro: um olhar para vida escolar e acadêmica de licenciandos da UENP- campus de Cornélio Procópio-PR

Amanda de Castro Izuhara^I; Carla Holanda da Silva^{II}

RESUMO

O artigo pretende lançar uma luz sobre a questão do preconceito racial institucionalizado, e muitas vezes velado, que acontece dentro dos ambientes escolares, onde se espera que o acolhimento às diferenças seja uma norma. Para isso buscou-se compreender as origens do preconceito racial no Brasil, trazendo o histórico da discriminação ao considerado “diferente” do brasileiro branco desde os remotos tempos. Pretende-se demonstrar como a sociedade internaliza o discurso da discriminação, com base nos teóricos Darcy Ribeiro (1995), Oracy Nogueira (2006) e Antônio Guimarães (2003) e sua consequência no ambiente Universitário no contexto dos cursos de Geografia, Matemática e Ciências Biológicas na universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus de Cornélio Procópio. A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográficos e a aplicação de questionários a 28 respondentes e a análise detectou que a realidade observada corrobora com a noção de que o preconceito racial continua enraizado nas comunidades escolares.

Palavras chave: Ambientes Escolares; Discriminação; Preconceito; Sociedade.

ABSTRACT

The article intends to shed light on the issue of institutionalized racial prejudice, often disguised, that happens within the school environments, where it is expected to find acceptance to differences as the norm. To do so, we try to understand the racial prejudice origins in Brazil, looking at the history of discrimination to the so called “different” from the white Brazilian from immemorial times. We aim at demonstrating how society internalizes the discrimination speech, based on the scholars Darcy Ribeiro (1995), Oracy Nogueira (2006) and Antonio Guimarães (2003) and its consequences in a university environment, specifically in the Geography, Mathematics and Biological Sciences courses in a state college in the North of Paraná Campus by Cornelio Procopio. A research was developed based on bibliographic survey, and for the application of questionnaires in 28 respondents and an analysis of the same detected that the reality seen through the analysis of the answers corroborates to the idea that racial prejudice still remains rooted in the school environment.

Keywords: Discrimination; Prejudice; School Environment; Society.

^I ^I Universidad Federal de Santa Maria, RS, Brasil – <http://orcid.org/0000-0002-4850-5492> - janetewc@yahoo.com.br

^{II} ^{II} Universidad Federal de Santa Maria, RS, Brasil – <http://orcid.org/0000-0003-0872-9181> - cdedavid2009@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Diante do fato de que o preconceito insiste em permanecer impregnado em nossa sociedade, torna-se premente a necessidade do debate e da luta contra o mesmo. Formar educadores preparados e instruídos para lidar com a discriminação em sala de aula está vinculado sem dúvidas a essa luta, pois é o ambiente escolar uma das principais fontes de aprendizagem, de modo consequente um dos principais meio de agregarem-se valores, aprende a conviver em grupo, a respeitar o próximo e suas particularidades. Quando há uma boa formação acadêmica, o docente saberá a maneira de introduzir esse assunto e colaborar para que seus alunos se tonem pessoas que compreendem que nenhum humano é melhor que o outro.

O artigo 5º da Constituição de 1988 trata das garantias e direitos fundamentais que cada cidadão dispõe. É, sem dúvida, um dos artigos mais importantes contidos na Constituição Federal de 1988, que foi chamada de cidadã por ser uma Constituição mais democrática. Ela garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O ser inserido na sociedade que viola tal lei está cometendo, portanto, um crime. Ainda que isso seja óbvio, ainda existem casos de preconceito e, portanto, continua sendo necessária a conscientização das pessoas, tanto no Brasil como no mundo. Todos os dias no deparamos com casos de discriminação, o que prova que, de alguma forma, estamos falhando como sociedade e seres humanos.

Perante os fatos observados, torna-se indispensável à discussão acerca de uma sociedade que se mostra incapaz de respeitar o que é considerado “diferente”, mesmo com leis que regem a importância do tratamento igualitário, independentemente de aspectos físicos, culturais, sociais, entre outros. Busca-se neste trabalho abordar como a hostilidade ao distinto ainda acontece nas ações cotidianas de forma danosa, e buscamos observar mais precisamente o ambiente

dos cursos de Licenciatura Plena em Geografia, Matemática e Ciências Biológicas em uma universidade estadual do norte do Paraná.

A presente reflexão tem como objetivo discutir a dinâmica das relações sociais resultantes da construção histórica, cultural e estrutural do povo brasileiro, mais precisamente discutir dois personagens importantes para essa construção a partir do olhar de Darcy Ribeiro, compreendendo-os como sujeitos que foram gastos para a construção social do país e o ainda são. Nesse sentido, pretendemos analisar se essa gastação ainda é realizada, especialmente ao longo da vida escolar dos sujeitos. O termo “gastação” é usado por Darcy Ribeiro durante sua obra “Moinhos de gastar gente” (1995) no intuito de fazer uma crítica a gênese e formação do Brasil se referindo por tanto ao fato que o mesmo concebeu-se através de estupros e de genocídios brutais, de negros e indígenas, destruindo essa população e a “gastando”.

Discutiremos acerca do preconceito racial no Brasil, especialmente o quanto ele ainda está presente em nosso cotidiano. Buscamos realizar esse debate a partir da compreensão teórica de gastação de gente proposta por Darcy Ribeiro (1995) e da compreensão empírica dos discentes dos cursos de Licenciatura Plena em Geografia Matemática e Ciências Biológicas acerca do tema, a fim de investigar se já passaram ou passam por algum tipo de discriminação ou preconceito racial na Universidade ou em qualquer outro ambiente escolar.

A problematização foi realizada a fim de contextualizar em que situação o lastro social do país foi constituído, bem como compreender condutas de intolerância com o diferente, especialmente no que tange à questão étnico-racial. Tal debate a partir da leitura de teóricos que versaram sobre o tema pode sustentar mudança de posturas, logo uma realidade de um país considerado como lugar de todos e para todos. Para proceder a tal problematização, foi feita uma análise bibliográfica de autores que trataram amplamente sobre o assunto, que foi posteriormente comparada com a realidade vivenciada no

ambiente universitário, no contexto dos cursos de Geografia, Matemática e Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Norte do Paraná campos de Cornélio Procopio.

Ancorados nos conceitos de tais autores empreendeu-se uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com pesquisa de levantamento envolvendo coleta de dados junto ao público mencionado através de questionários.

Desse modo, será apresentado o contexto que envolve o preconceito racial no Brasil contemporâneo, relembrando o contexto histórico e ocupacional do país e evidenciando os principais personagens e suas relações interpessoais responsáveis pela construção estrutural deste. Também destacaremos a importância do respeito ao próximo e prosseguiremos com uma análise sobre o tipo de preconceito existente no Brasil, observando se de fato o mesmo se trata e se manifesta segundo a definição denominada “preconceito racial”. Por fim, conduziremos a discussão para a análise e reflexão sobre as relações sociais brasileiras e o finalizaremos com os levantamentos de dados sobre preconceito e discriminação nos espaços escolares.

Inicialmente para a realização do trabalho, foi necessária a realização do levantamento bibliográfico, a partir de pesquisas e leituras de autores como Darcy Ribeiro (1995), Oracy Nogueira (2006) e Antônio Guimarães (2003). As mesmas permitiram conhecermos mais sobre as relações de preconceito no Brasil, mais precisamente onde surgiram e como se manifestam.

2 UM OLHAR PARA OS BRASILÍNDIOS E AFROBRASILEIROS EM DARCY RIBEIRO

Para entender o contexto que envolve o preconceito racial no Brasil contemporâneo, é necessário fazer uma visita ao passado, relembrando o contexto histórico e ocupacional do país, evidenciando os principais personagens e as relações interpessoais responsáveis pela construção estrutural da dinâmica social na qual circunda a sociedade brasileira.

Iremos, então, discutir dois personagens importantes para essa construção, os *brasilíndios* e os *afrobrasileiros*, a partir do olhar de Darcy Ribeiro. Para tanto, será apresentado um debate sobre as origens da população brasileira, sua construção genética e social e o seu processo de *gastação*. Buscaremos identificar e pontuar a origem de atitudes discriminatórias no Brasil de acordo com Ribeiro (1995), que destaca que se trata de uma sociedade construída em meio a massacres, contudo resistindo (RIBEIRO, 1995). Desse modo, tal debate será realizado a partir da obra de Ribeiro (1995), pois o mesmo trata com clareza esse viés da *gastação* de gente no Brasil.

Darcy Ribeiro, em sua obra “O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, mais precisamente no capítulo 2 – “Moinhos de Gastar Gente” – destaca a formação do povo brasileiro a partir de cinco grupos, sendo eles: os *brasilíndios*, os *afro-brasileiros*, os *neobrasileiros* e os *brasileiros*. O autor apresenta, através desse debate, que a constituição do ser brasileiro está pautada em crimes ou violências profundas que marcam até hoje a sociedade nacional. Para a reflexão elencou-se a apresentação dos *brasilíndios* e dos *afrobrasileiros*, pois são os grupos que, segundo o autor supracitado, foram os mais gastos, e a dinâmica social brasileira se constitui a partir desse processo.

Os *brasilíndios* eram concebidos por mães índias e pais brancos, estes, geralmente portugueses que residiam na região de São Paulo, os principais responsáveis pela expansão do território até então pertencente a Portugal (RIBEIRO, 1995). Esses exerceram o papel de adentrar as matas dilatando o domínio português e, conseqüentemente intensificando a importância do tratado das *Tordesilhas* (RIBEIRO, 1995).

No entanto, o principal objetivo dos *brasilíndios* não era a colaboração para a expansão do território, mas:

O que buscavam no fundo dos matos a distâncias abismais era a única mercadoria que estava a seu alcance: índios para uso próprio e para a venda; índios inumeráveis, que suprissem as suas necessidades e se renovassem à medida que fossem sendo desgastados; índios que lhes abrissem roças, caçassem, pescassem, cozinhassem, produzissem tudo o que comiam, usavam

ou vendiam; índios, peças de carga, que lhes carregassem toda a carga, ao longo dos mais longos e ásperos caminhos (RIBEIRO, 1995, p. 106).

Ironicamente, renegando os úteros nos quais foram gerados, os Brasilíndios tinham como todo objetivo de suas jornadas desbravar as matas nas caçadas de índios, destruindo tribos e derramando sangue, logo os buscando nos esconderijos que fosse, para interesses próprios e para vendas, usando-os e comercializando-os como objetos no intuito de explora-los e obriga-los a realizar tarefas como abrir roças para plantio, caçar, pescas, carregar cargas pesadas, etc. (RIBEIRO, 1995).

Para isso, se organizavam em bandos imensos de mamelucos e seus cativos que, por meses e até anos, se deslocavam a pé, descalços, nas bandeiras ou remando as canoas das monções. Nas entradas mais profundas e pioneiras que duravam anos, viajavam uns quantos meses e acampavam para plantar e colher roças com que se supriam de mantimentos para prosseguir viagem sertão adentro, através de matas e de campos naturais (RIBEIRO, 1995, p. 107).

Era de costume os brasilíndios se organizavam para as caçadas dos indígenas em grandes grupos, passando longas temporadas se locomovendo a pé mata adentro em busca de tribos dos nativos, podendo essas perseguições durar meses ou até anos, geralmente os brasilíndios eram vistos caminhando descalços ou remando em canoas, sempre acompanhados de bandeiras nas quais representavam sua causa (RIBEIRO, 1995).

Segundo Ribeiro (1995, p. 107), “Os mais bem-sucedidos deles alcançavam não só a prosperidade que essa pobre economia podia dar, mas também o reconhecimento público de suas façanhas e o mais alto contentamento conseguem mesmo.” A destruição de suas próprias raízes era razão de orgulho e glória para os brasilíndios.

A frieza dos brasilíndios chocou os jesuítas, que os denominaram como “mamelucos”, em referência a um grupo de escravos que eram arrancados de seus pais pelos árabes para criá-los e treiná-los no intuito desenvolver os talentos existentes nos respectivos indivíduos, exigindo dos mamelucos vocações como

exercer o domínio e ser líder, sendo a condição desses considerada muito importante (RIBEIRO, 1995).

Assim, torna-se mais fácil compreender os brasilíndios paulistas e suas ações a partir de seu contexto histórico, desde seu nascimento. Devido à cultura indígena desse período, se considerava a mãe apenas como meio de procriação, onde apenas se depositava a semente, cujo dever era gerar o fruto e entregá-lo para seu progenitor paterno (RIBEIRO, 1995). Essa criança era considerada filha apenas do pai, e não da mãe, prática apontada por muitos como abandono ou rejeição.

Os mamelucos tinham, ainda, que enfrentar o desprezo de seus pais, estes com que tanto desejavam se parecer. No entanto seus progenitores os viam como impuros, e apenas se beneficiavam de seus serviços enquanto ainda fossem rapazes. Depois, os abandonavam e os entregavam à sua própria sorte, levando muitos deles a se tornarem então bandeirantes, e, renegados pelo que deveria ser sua família, tornaram-se responsáveis pela sua própria identidade de brasileiros (RIBEIRO, 1995).

Diante desse contexto, os brasilíndios passam a não se reconhecer nem como índios nem como europeus, e evidentemente nem como negros, isto é, em nenhum dos exemplos genéticos presentes no cenário brasileiro da época. Criou-se, então, um novo gênero humano, donos de sua própria linguagem, seus próprios costumes e cultura e de sua própria ideologia de vida e visão de mundo (RIBEIRO, 1995).

A vida intrigante e longe da monotonia, vivida pelos mamelucos ou brasilíndios, atraía jovens índios que viviam na serenidade de suas aldeias, refletindo em inúmeros casos de indígenas que escolhiam de maneira antagônica viver como seus inimigos de maneira espontânea e natural, tornando-se responsáveis por manter sua própria origem sob cativeiro e escravizados, segundo Ribeiro (1995).

Desse modo,

Não foi tarefa nada fácil ao mameluco se fazer agente principal da história brasileira. Enfrentaram, de um lado, a odiosidade jesuítica e a má vontade dos reinóis e, do outro, todas as dificuldades imensas de sua dura vida de sertanistas. Inclusive a hostilidade dos índios arredios, tais como os Aimoré da Bahia; os Botocudo de Minas e do Espírito Santo; os Kaingang e Xokleng do Sul; os Xavante de Mato Grosso; e, sobretudo, os Bororo e Kayapó, que se moviam por extensas áreas, através dos cerrados, além dos rios Araguaia e Tocantins, cientes do destino trágico que teriam se capturados. (RIBEIRO, 1995, p. 110).

As dificuldades encontradas por esse novo grupo não se limitavam apenas a isso. Havia ainda a hostilidade dos índios a serem caçados, e frente ao reconhecimento de como seria terrível seu destino se capturados, resistiam com todos seus meios e forças, segundo Ribeiro (1995).

As habilidades características de determinadas tribos serviam para amedrontar e afastar os bandeirantes perante outras ameaças iminentes, aptidões, agilidades e recursos esses que anteriormente tinham por qualidade e principal função a caça de animais para consumo. Era esse o meio de sobrevivência na mata, e que acabou por se transformar em habilidade indispensável para a proteção individual e coletiva do que havia se tornado o principal predador e ameaça indígena (RIBEIRO, 1995).

No entanto, era necessário enfrentar as tribos mais hostis para que se aproximassem das tribos maleáveis de fácil dominação, esses plantadores de mandioca e de milho eram vistos como escravos úteis diante sua cultura de tarefas corriqueiras, sendo denominados como Tupis, a linguagem costumes e hábitos destes foram por sua vez a base cultural dos bandeirantes, sendo essas similares (RIBEIRO, 1995).

Ser visto como um dos agentes principais para a formação e ocupação do território brasileiro certamente não foi uma tarefa fácil, mesmo que não tenha sido propositalmente. Logo, atravessar todas as dificuldades e conjuntura do quadro que envolve suas vidas foi uma tarefa árdua, exigindo o rompimento de muitas barreiras físicas e mentais.

Nesse sentido,

Alguns grupos tribais, ainda que conscritos à economia colonial, lograram manter certa autonomia na qualidade de aliados dos brancos para suas guerras contra outros índios. O relevante nesse caso é que, em lugar de amadurecerem para a civilização passando progressivamente da condição tribal à nacional, da aldeia à vila, como supuseram tantos historiadores, esses núcleos autônomos permaneceram irredutivelmente indígenas ou simplesmente se extinguíram pela morte de seus integrantes. Onde quer que se tenha dados concretos, se pode observar que à coexistência da aldeia indígena com o núcleo colonizador segue-se o crescimento deste e a extinção daquela, cuja população vai diminuindo ano após ano, até desaparecer. Nos raros casos em que logram sobreviver uns tantos indígenas, todos eles mantêm sua identificação étnica (RIBEIRO, 1995, p. 112).

A resistência dos tribais que procuravam se proteger dos conceitos etnocentristas dos brasileiros, buscando manter suas origens e negando a dita civilização, determinou a morte de inúmeros indígenas refletindo na extinção de várias tribos (RIBEIRO, 1995). Isto é, a escolha de não se curvar à contemporaneidade da época resistindo e buscando seu próprio meio de vida, resultou em tribos e seus hábitos culturais sucessivamente esmagados pelo progresso. Aos poucos sobreviventes restou o dever de manter sua identificação étnica, conforme Ribeiro (1995).

Desse modo, percebe-se que, segundo a obra de Ribeiro (1995), os brasilíndios foram peças fundamentais na estruturação econômica, social e cultural do Brasil. Como se tratava de um povo que detinha conhecimento territorial, os brasilíndios colaboraram com a expansão do povoamento e das descobertas de regiões com abundância de pedras preciosas, de terras férteis, frutas, ervas, entre outros itens, que fazem parte do cotidiano dos brasileiros até o presente século. Como expandiram suas conquistas por grande parte do território durante as bandeiras, levaram consigo seus instrumentos musicais, sons, danças e incorporar seus conhecimentos, logo influenciaram o povo brasileiro dando origem ao que somos hoje.

Contudo, a forma como esse processo foi forjado no Brasil colônia pela estrutura que os rodeava também inseriu nessa estruturação social e cultural o

preconceito, a negação com relação à origem indígena do brasileiro que, assim como as influências culturais prevalecem até os dias atuais.

Outro grupo relevante para a compreensão desse processo de gastação de gente proposto por Ribeiro (1995), ideia fundamental dessa pesquisa, são os afro-brasileiros. Esses são considerados o segundo povo principal na formação histórico-cultural e genética do Brasil, a partir da análise de Ribeiro (1995). Trata-se de povos africanos distribuídos de maneira heterogênea pelos diversos territórios da América do sul. Eles foram utilizados como mão de obra na produção açucareira, como citado também por Anjos (2010, p. 14) “A Costa de Angola, no século XVII, vai se caracterizar pela intensidade do tráfico, fato que vai incrementar a entrada de grande contingente de povos Bantus na região açucareira do Brasil, expandindo-se para o sudeste”.

Nesse sentido, Ribeiro (1995) destaca que:

Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida, uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse a uma unidade linguístico-cultural, que ensejasse uma unificação, quando os negros se encontraram submetidos todos à escravidão. A própria religião, que hoje, após ser trabalhada por gerações e gerações, constituiu-se uma expressão da consciência negra, em lugar de unifica-los, então, os desunia. Foi até utilizada como fator de discórdia [...] (1995, p. 114-115).

Começa dessa forma a história dos afro-brasileiros, arrancados brutaemente de seu habitat, de suas famílias e de sua etnia. Inseridos em um ambiente desconhecido, foram forçados a conviver com pessoas com as quais nunca tiveram contato algum, portadores de línguas, religiões e costumes diferentes, pois além dos brasileiros descendentes dos portugueses, ainda havia o contato forçado com africanos de outras etnias e capturados em regiões diferentes da África. Essas diferenças eram usadas como meio de motivar a discórdia, estrategicamente usada como ferramenta para impedir motins (RIBEIRO, 1995).

O critério de evitar aglomerações de africanos provenientes do mesmo lugar e cultura tinha como objetivo de instigar a rivalidade e hostilidade entre alguns grupos, visando também dificultar a comunicação, devido à diversidade linguística encontrada (RIBEIRO, 1995). Esse critério foi utilizado desde os navios negreiros até a chegada e instalação no que seria o território brasileiro, evitando assim a unificação de grupos conhecidos ou solidários. Tal estratégia também prejudicou a conservação de suas memórias culturais originárias do lugar nos quais nasceram inibindo a preservação e a reprodução destes conhecimentos (RIBEIRO, 1995).

Sem direito de escolha ou defesa, milhões de negros, que anteriormente usufruíam de suas vidas compartilhando-as com pessoas que amavam, em lugares onde provavelmente queriam estar, exercendo atividades que apreciavam, viam-se diante uma realidade totalmente contrária, reconhecendo-se através apenas na cor da pele dos demais africanos escravizados que se encontravam nas mesmas circunstâncias.

No entanto, superando as circunstâncias que determinavam totalmente o oposto, os africanos escravizados conseguiram interagir através da linguagem utilizada por seus capatazes para repreendê-los, comunicando-se, dessa maneira, em português. Eles foram atores fundamentais na disseminação da língua portuguesa, segundo Ribeiro (1995).

À medida em que os africanos eram introduzidos em sua nova e árdua rotina, as antigas lembranças ficam na memória e assim como a suas origens. Tal realidade gerou negros desaculturados e desconectados de suas primícias, conforme Ribeiro (1995):

Só através de um esforço ingente e continuado, o negro escravo iria reconstituindo suas virtualidades de ser cultural pelo convívio de africanos de diversas procedências com a gente da terra, previamente incorporada à proto-etnia brasileira, que o iniciaria num corpo de novas compreensões mais amplo e mais satisfatório. O negro transita, assim, da condição de boçal – preso ainda à cultura autóctone e só capaz de estabelecer uma comunicação primária com os demais integrantes do novo contorno social - à condição de ladino, já mais integrado na nova sociedade e na nova cultura (1995, p. 116).

Por meio de constante dedicação, o negro escravizado consolidou-se diante suas origens resgatando-as e reestabelecendo relações com a mesma, reafirmando seu papel de ser cultural e agente intermediário de seus próprios hábitos, incorporando ao contexto social brasileiro suas danças, ritmos, músicas, comidas, crenças, lendas, etc. Ao abranger e tornar mais ampla a concepção de cultura presente até então no Brasil, houve alteração na percepção dos demais diante os negros, pois os rotulavam como rudes e grosseiros. Desse modo, estabeleceram-se canais de comunicação, mesmo que primários, possibilitando interação com os outros integrantes do contexto social no qual agora pertenciam.

Nesse sentido, Ribeiro destaca que:

[...] o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local. Seria, por excelência, o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador e que ensinaria aos escravos recém-chegados as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que se via incorporado. Consegue, ainda assim, exercer influência, seja emprestando dengues ao falar lusitano, seja impregnando todo o seu contexto com o pouco que pôde preservar da herança cultural africana. (RIBEIRO, 1995, p. 116-117).

Mesmo com todas as circunstâncias relativas à desumanização por conta da exploração, o negro teve um papel importante como agente influenciador na sociedade que começava a se formar, tanto âmbito da cultura como do trabalho.

As contribuições no campo do trabalho foram de suma importância, pois a economia colonial era movida pelos trabalhos braçais dos menos beneficiados. Para tanto, para que essas contribuições fossem dadas, essa comunidade deixou de lado seus próprios interesses e potencialidades, pois suas vidas eram guiadas por vontades e motivações de terceiros, que os viam apenas como ferramentas ou até mesmo animais servís para alcançar seus objetivos junto ao projeto colonial no sistema de monocultura e do escravismo (RIBEIRO, 1995).

É importante destacar que, mesmo diante das dificuldades, do preconceito e esforço para a marginalização destes, contraditoriamente os africanos escravizados se sobressaíram, contrapondo todas as expectativas, utilizaram dos

recursos mais criativos e variados no intuito de resistir e preservar seus costumes, alimentação, crenças religião etc., nos séculos passados e também no presente.

Naquele período tal realidade organizou diferentes movimentos de resistência junto a esse grupo, dentre eles os quilombos que quando obtinham sucesso no processo de formação culminavam em uma nova forma de vida e de expressão territorial, na qual a liberdade era a tônica (SILVA, 2013). Contudo, a resistência ou mesmo a não conquista dessa resistência poderia gerar a morte, fosse à violenta pelos capitães do mato ou via suicídio (RIBEIRO, 1995).

A esperança de resgatarem sua liberdade antes de suas mortes enchiam os corações escravizados de expectativas, pois se resistissem à velhice e aos desgastes dos sete a dez anos de trabalhos forçados, podiam ser presenteados com sua carta de alforria (RIBEIRO, 1995). Essa realidade se dava não por bondade de seus patrões, mas para que estes se livrassem do peso de ter que alimentar um negro que não gerava lucro, considerados por tanto inúteis (RIBEIRO, 1995).

Para muitos deles, morrer lutando por sua liberdade, optando por enfrentar todos os perigos, era o melhor destino que poderiam ter. Por isso, muitas vezes faziam essa escolha ao invés de continuar aceitando as condições impiedosas nas quais foram colocados. Preferiam a morte a viver com o sentimento de inferioridade diante da exploração, sendo violados de formas físicas, mentais e morais, então lutavam e resistiam com as ferramentas que podiam (RIBEIRO, 1995).

Esses africanos traficados como escravos para o Brasil viveram suas vidas sendo caçados, apanhados por armadilhas como animais, sendo arrastados pelos mercados criados especificamente para comercializar gente, e seriam trocados como um objeto sem valor, por tabaco, aguardente entre outras banalidades (RIBEIRO, 1995). A partir dali partiam para seu destino incerto, amarrados pescoço a pescoço com outros negros sendo puxados por uma corda até os

navios que os trariam até o Brasil, dividindo espaço com outros milhares de negros e vivendo em condições cruéis (RIBEIRO, 1995).

Muitos deles não resistiam às condições precárias nos quais se viam forçados a aceitar. Assim, diante das circunstâncias que viviam, não reconheciam em si mesmos motivos para se acharem belos, seguiam suas vidas, introduzidos em suas rotinas de sofrimento. A exploração tornava difícil uma possível revolta e reação, levando-os a produzir mais e com precaução, aterrorizados diante possíveis punições (RIBEIRO, 1995).

A realidade dos africanos escravizados no Brasil foi muito cruel e perversa, e nesse sentido Ribeiro (1995) destaca que:

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria (1995, p. 120).

Assim, seria capaz um povo que viveu tal rotina por séculos sair dela intacto e sem marcas?

Os brasileiros são frutos dos negros e índios oprimidos em prol do capital e do enriquecimento de seus senhores. São também frutos do sangue desses sujeitos, dos que lutaram com todas suas forças para sobreviver e resistir ao sistema que os esmagavam de todas as formas, e dos que cometiam atrocidades sendo motivo de tantas destruições.

O brasileiro é, portanto, um ser híbrido, a junção da sensibilidade e brutalidade, dos descendentes dos africanos escravizados e dos senhores desses e sempre serão o reflexo dessa realidade, carregando as cicatrizes e as dores produzidas pela crueldade humana e a perversidade instalada através de uma cultura, segundo Ribeiro (1995).

Dessa forma, temos como dever social reconhecer o contexto que nos cerca, refletir sobre nossas ações e reproduções, para romper o constante hábito de oprimir e gastar uns aos outros, alcançando uma sociedade justa e empática, tornando o processo de fazer parte desta agradável.

É premente uma reflexão sobre o assunto, mesmo diante das dificuldades que um tema tão complexo e polêmico pode promover. Esse momento teórico teve como objetivo discutir a dinâmica das relações sociais resultantes da construção histórica cultural e estrutural do povo em questão, mais precisamente discutir dois personagens importantes para essa construção a partir do olhar de Darcy Ribeiro, os *brasilíndios* e os *afro-brasileiros*.

Compreendendo-os como sujeitos que foram gastos para a construção social do país – e ainda são – logo se reconhecer diante essa imagem certamente não é uma tarefa fácil, resultando em negros e indígenas que negam e escondem suas origens e vivem mascarados e dominados pelo medo de exclusão. O processo de aceitação exige autoconhecimento e a compreensão da história de formação do Brasil, que pode permitir que as vendas que ainda cobrem nossos olhares para o passado sejam tiradas, revelando quem realmente deveria se envergonhar diante os acontecimentos que implicam a composição da trajetória étnica racial Brasileira.

A partir desse debate inicial, faz-se necessário aprofundar o mesmo no que tange os conceitos e processos de preconceito e discriminação pertinentes às relações sociais instaladas no país. A partir dessas colocações, pretendemos discuti-las no âmbito da vida escolar, recorte desta pesquisa.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA A PARTIR DAS QUESTÕES DE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO NO BRASIL

A partir do debate proposto por Ribeiro (1995) e a fim de trazê-lo para a contemporaneidade, faz-se necessário inicialmente expor os conceitos de preconceito e discriminação, no intuito de se aprofundar e melhor compreender como os mesmos se manifestam. Na sequência, serão evidenciados alguns dados e pareceres de autores que apontem se esses grupos, de modo geral, ainda são gastos na sociedade brasileira e também no ambiente escolar, uma vez que esse é o recorte da presente pesquisa.

Vale destacar que, a partir desse momento da reflexão, o debate centra-se na questão da negritude, em função do objeto de pesquisa realizado, que são os cursos de licenciaturas da Universidade Estadual do Norte do Paraná, mais precisamente os centrados em uma de suas unidades em Cornélio Procopio - PR.

Segundo o dicionário de sociologia “Guia Prático da Linguagem Sociológica”, a definição de preconceito está ligada à noção de atitude, por um lado, e à de estereótipo, em termos gerais, preconceito é a teoria da desigualdade racial (JOHNSON, 1995). “Preconceito é uma ATITUDE cultural positiva ou negativa dirigida a membros de um grupo ou categoria social. Como uma atitude, combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais positivas ou negativas.” (JOHNSON, 1995). Ou seja, está diretamente ligada aos valores desses agentes.

O racismo que brancos dirigem aos negros incluem crenças estereotipadas, subestimando a inteligência, motivação, caráter moral e habilidades diversas. Essas diferenças são então julgadas segundo valores culturais em detrimento das pessoas de cor e do status elevado dos brancos. Finalmente, elementos emocionais como hostilidade, desprezo e temor completam a atitude, criando predisposição entre brancos para tratar negros de maneira opressora e para perceber sua própria categoria racial como socialmente superior (JOHNSON, 1995, p.194).

O preconceito seleciona pessoas, as codificando como superiores ou inferiores em diversos níveis pessoais e sociais, como por exemplo, o caráter, a inteligência, entre outras habilidades, nutrindo como pré-requisito a pigmentação da pele, refletindo diretamente na dinâmica societária, gerando atitudes discriminatórias, exclusões e segregações.

Nogueira (2006) destaca que no Brasil se sobressai o preconceito de marca, ou seja, aquele que é fundamentado com base no preconceito de cor. Para o autor supracitado “A própria expressão “preconceito de marca” não constitui senão uma reformulação da expressão preconceito de cor.” (NOGUEIRA, 2006, p.192). Sendo, portanto, um termo sinônimo do outro.

Todavia, se compararmos a realidade racial brasileira à estadunidense, observa-se que o preconceito racial dominante é o de origem, rotula-se certa manifestação como preconceito de origem quando este considera como

motivo para se materializar apenas a suposição que determinado indivíduo faz parte de um grupo ou é descendente de estipulada etnia. Isto é, apenas por dedução, julgando as características físicas, a gesticulação, os aspectos, a linguagem, da pessoa a ser discriminada. (NOGUEIRA, 2006, p.192).

Dentre esses dois tipos de preconceitos raciais apontados, existem algumas diferenças importantes a serem observadas, sendo a maneira de atuar uma dessas distinções, no Brasil se o ser oprimido pelo preconceito for considerado habilidoso em determinada área, ou se o indivíduo provar-se inteligente e de valor, o opressor pode “abrir-lhe uma exceção” reduzindo a ele a possibilidade de ser vítima de discriminação, devido às suas particularidades (NOGUEIRA, 2006).

Outra contradição identificada é quanto à definição de membro do grupo discriminador e do grupo discriminado, quando o preconceito é de marca, caso ocorrente no Brasil, serve como motivo de exercer tal prática a reunião das características particulares ao indivíduo que podem ser visíveis ou detectáveis, exigindo mais intensidade na evidenciação destes fenótipos, como pré-requisito para materialização da hostilidade racial, conforme (NOGUEIRA, 2006).

O preconceito de marca estabelece uma relação indefinida. A fronteira estabelecia entre o grupo discriminador e o grupo discriminado é genérica e vaga, variando devido às características de quem julga e de quem é julgado, encontrando-se à mercê da subjetividade do fator miscigenação e da mestiçagem, estando sob análise também questões interpessoais como amizades, estima etc., de quem discrimina ao que é discriminado, para Nogueira (2006). Sendo indefinidas e parciais as atribuições usadas pelos opressores para oprimir, o julgamento de branco e não branco é variável como aborda Nogueira (2006), “assim a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região”.

Em qualquer contexto, todo evento derivado do preconceito tem como base apenas a ilusão do padrão de boa aparência imposto pela sociedade,

havendo discordância entre a visão que o próprio indivíduo faz de si e as características que ou demais lhe atribuem (NOGUEIRA, 2006).

Nogueira (2006) diz que: "... para todos os efeitos sociais, o mestiço continuará sendo um "negro". É assim que, naquele país, o negro é definido oficialmente como "todo o indivíduo que, na sua comunidade, é conhecido como tal", sem qualquer referência a traços físicos". Nesse caso, estamos falando sobre o preconceito de origem, presente na realidade dos Estados Unidos, onde, mesmo que nenhuns de seus traços físicos alarmem sobre um genótipo negro, sem qualquer aspecto que exponha sua descredencia biológica ou mestiçagem, apenas o fato de fazer parte de determinado grupo já o incorpora como tal (NOGUEIRA, 2006).

Nogueira (2006) discorre sobre a dessemelhança quanto à carga afetiva, assim, onde o preconceito é de marca como no Brasil, é provável uma pessoa que tem o hábito de ser preconceituosa tenha ligação com um grupo ou indivíduos considerados negros, dando origem a falas como "Eu não sou preconceituoso (a) tenho até amigos negros", isso provavelmente não muda o fato nem a realidade do ponto de vista preconceituoso e opressor do sujeito.

Nogueira (2006) expõe algumas diferenças presentes entre os tipos de preconceitos de marca e origem "*Quanto à ideologia*: onde o preconceito é de marca, a ideologia é, ao mesmo tempo, assimilacionista e miscigenacionista; onde é de origem, ela é segregacionista e racista." (NOGUEIRA, 2006, p.297). Quando se trata do preconceito de marca, sustentam uma expectativa que índios e negros, junto com seus costumes, danças, religiões, linguagem sejam extintos conforme as hibridações destes com indivíduos de cor de pele clara, esperando o branqueamento total da sociedade e assim uma comunidade "higienizada" e "harmônica" adequando-se ao considerado apropriado. Já no caso do preconceito de origem, espera-se que cada grupo se mantenha em seu núcleo social, e as minorias marginalizadas, procriando apenas entre suas espécies, mantendo uma linha separativa expressiva e evidente segregação (Nogueira, 2006).

Quanto à distinção entre diferentes minorias: onde o preconceito é de marca, o dogma da cultura prevalece sobre o da raça; onde o preconceito é de origem, dá-se o oposto. Consequentemente, onde o preconceito é de marca, as minorias menos endogâmicas e menos etnocêntricas são favorecidas; onde o preconceito é de origem, ao contrário, há maior tolerância para com as minorias mais endogâmicas e mais etnocêntricas (NOGUEIRA, 2006, p.298).

No Brasil, cenário do preconceito de marca, o indivíduo negro constantemente abre mão de seus costumes, vestes, músicas, danças e religião para copiar e se adaptar à cultura dos brancos, pois este será visto como perspicaz levando a sociedade relevar ou ignorar sua cor o privilegiando em relação a negros que assumem sua identidade (NOGUEIRA, 2006). Desse modo, o auge da educação e bons modos no Brasil ou no preconceito de marca se resume em evitar o constrangimento do negro devido à sua cor. (NOGUEIRA, 2006).

Nogueira (2016) diz que mais uma dessas distinções é “Quanto ao efeito sobre o grupo discriminado: onde o preconceito é de marca, a consciência da discriminação tende a ser intermitente; onde é de origem, tende a ser contínua obsedante.” (NOGUEIRA, 2006, p.300). No contexto geral, para o homem negro brasileiro a aceitação e reconhecimento de sua própria cor é um processo doloroso, resultando muitas vezes na negação de suas origens, no intuito de se proteger do preconceito de pessoas externas e do preconceito interno, sendo esse de sua própria responsabilidade (NOGUEIRA, 2006, p.300). Logo, se reconhecer como sujeito negro no Brasil exige compreensão histórica do passado de seus descendentes devido suas lutas, dores e batalhas atravessadas, assim compreendendo seu pretérito, tomando consciência que ainda há muitos conflitos para vencer, aprendendo a respeitar sua própria história e a pigmentação de sua pele.

O ponto de vista principal do texto escrito pelo Nogueira (2016) foi evidenciar que, independentemente de como o preconceito racial se manifesta e do porquê se manifesta em sua forma ou natureza, ele está presente tanto no Brasil como em outros lugares do mundo, como reflexo cultural e histórico,

abrangendo todo contexto desde os primórdios das devidas colonizações, estando a sociedade condicionada a reproduzir tal hostilidade e falta de empatia.

A reflexão realizada pelo autor supracitado que destaca o preconceito de marca como característica do Brasil e, a obra de Ribeiro (1995) apontada no início do debate aponta que o brasileiro está sustentado em suas antigas práticas, ou seja, mesmo após séculos, as sombras do passado se fazem presentes, refletindo-se em um ambiente social que segrega.

Agora ao que diz respeito à discriminação, pode ser compreendida como as O tratamento desigual de indivíduos que pertencem a um grupo ou categoria particular. Quando o tratamento desigual toma forma de abuso, exploração e injustiça sistemática, então se torna opressão social, violando as normas sociais e o princípio da igualdade perante a lei (JOHNSON, 1995). Para Pager (2008, p 01) "... a discriminação é tão fácil de detectar quanto um desastre ferroviário à luz do dia. Ela é percebida por meio de pistas sutis no modo como os outros são tratados ao nosso redor ou na maneira como nós mesmos somos tratados." A discriminação nem sempre está tão explícita como pensamos. Ela pode ser presente em uma conversa grosseira com algum atendente de uma loja, por exemplo, sendo pela idade, gênero, cor. Nesses casos, não se faz necessária à presença de um cientista social que comprove a discriminação.

A dificuldade de alguns estudiosos em reconhecer o preconceito e a discriminação como material importante ou até mesmo central dos estudos que envolvem as relações raciais, mesmo que tal tema esteja presente direta ou diretamente em todas as discussões que as envolvem, expõe a complexidade em torno do assunto e a desvalorização das presentes questões, não imbuindo relevância suficiente para que reconheçam o tema como merecedor de sua atenção principal Nogueira (2016). Isso dificulta, portanto, a reflexão sobre o tema, distanciando-nos ainda mais de uma sociedade que proporciona as mesmas oportunidades para negros, brancos e pardos, porém, visualizando o

fato que mesmo de forma implícita o preconceito está em todas as pesquisas levantadas nesse departamento, segundo Nogueira (2016).

Observando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), podemos perceber o quanto estamos distantes de superar o sofrimento físico, moral e psicológicos presentes na construção do território Brasileiro. Em 2016, 131 anos após a homologação da Lei Áurea, lei que estabeleceu o fim da escravidão no Brasil, 1.835 crianças de cinco a sete anos foram encontradas em situação de trabalho infantil, dessas crianças 35,8% eram brancas e 63,8% pretas ou pardas. Com relação à educação, vê-se que a taxa de analfabetismo para brancos nesse mesmo período era de 4,2%, já a de pretos ou pardos 9,9%. No que tange a renda, o rendimento salarial mensal do brasileiro nessa época para brancos era de R\$2.814,00 e para pardos para pretos R\$1.570,00. A taxa de pessoas desempregadas é maior entre as populações pardas com 14,5 %, de pretas ou negras com 13,6%, enquanto entre os brancos o número era de 9,5% em 2016, segundo o IBGE.

É possível observar as consequências do passado no presente em diferentes âmbitos, conseqüentemente, a necessidade de ações que eliminem tais discrepâncias, viabilizando uma sociedade justa, independentemente da cor de sua pele.

A forma como a nossa estrutura social foi construída permitiu que, embora estabelecidos como instrumentos de regulação social cruel, o preconceito e a discriminação no Brasil tivessem um caráter cotidiano e passassem despercebidos aos sentidos, conforme Ribeiro (1995) e Nogueira (2016). O rendimento salarial mensal do brasileiro nessa época para brancos era de R\$2.814,00 e para pardos para pretos R\$1.570,00. O que revela o racismo, junto com outros tipos de discriminação, aspecto integrante da cultura do país. Logo, trata-se do chamado racismo estrutural, que faz com que exista dificuldade em detectar tais ocorrências, gerando como reflexo a subestimação da existência do

preconceito e a desvalorização da importância do seu combate, conforme Ribeiro (1995).

O preconceito é uma questão que se estende aos diversos segmentos da sociedade, inclusive o escolar, pois no espaço escolar e na vida que ali ocorre, encontra-se uma extensão da sociedade como um todo. Estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2013 mostram que a evasão escolar entre jovens negros, isto é, pretos e pardos, é de 11% enquanto entre os jovens brancos é de 7%. Isto é a gastação de gente que ocorre também na escola.

O Brasil é um dos países que possui a maior miscigenação no mundo, ou seja, com diversas raças e etnias. Por mais que ocorra essa variedade, o país ainda possui alto índice de discriminação. A discriminação está ligada ao preconceito como já abordado. Essa é uma atitude presente em diversos espaços, entretanto, torna-se muito mais evidente nos ambientes escolares.

No âmbito educacional em todos os seus níveis, inclusive no universitário, também se manifesta o racismo construído pelo processo de escravização dos africanos e exploração e extermínio dos indígenas. Assim, o racismo desses ambientes é estrutural, ou seja, não é perceptível diretamente, mas está presente. Resulta de um conjunto de hábitos, práticas e costumes que regula a sociedade e suas instituições, segundo Torodov (1999). Essa discriminação vem desde a antiguidade, onde os povos gregos denominaram os estrangeiros como bárbaros (TODOROV, 1999). Contudo, a ideia da exploração dos sujeitos a partir da cor e traços fenotípicos é uma invenção europeia própria da modernidade. Na qual constitui-se um processo de hierarquização das raças, no qual o branco era considerado uma raça pura e conseqüentemente superior às demais raças (TODOROV, 1999).

O racismo no ambiente escolar se manifesta de diversas formas, em função da diversidade de pessoas com diversas características e formas de pensar. Em função desses processos discriminatórios, algumas pessoas associam o indivíduo negro a algo ruim, o que pode gerar situações de constrangimento que levam a

evasão. Logo, pode afetar o desenvolvimento cognitivo dos alunos, visto que eles acabam se sentindo inferiores. O ambiente escolar, que deveria ser um lugar agradável, acaba se tornando um problema para o estudante.

Essa discriminação é reproduzida no cotidiano e é mostrada como se fosse algo normal. Um exemplo é quando idealizam o cabelo liso como bom e o crespo como cabelo ruim. Essas dominações afetam as relações, afinal, um cabelo ruim é quando não é bem cuidado. Para Gomes (2002) essas indicações de padrões estão servindo para que as pessoas aceitem conforme é imposto, porém isso é prejudicial, pois ocorre um aumento de rejeição, de negação da sua identidade.

Nesse sentido, do preconceito e discriminação serem reproduzidos como praticas normais, Skliar (2004) destaca que ser tolerante e respeitar o preconceito racial não ajuda. Para o autor deve-se conversar a fim de mostrar que as diferenças são normais, pois a ideia de respeitar está associada a algo que não pode ser mudado, mas no caso do preconceito pode ser reversível.

Isso pode ser comprovado, pois nos últimos 20 anos o Brasil tem passado por processos que visam alterar essas relações no âmbito institucional e no campo da educação, via políticas afirmativas. E, como a pesquisa teve como respondentes alunos universitários faz-se relevante destacar esse momento histórico do país.

Segundo Pettigrew (1982), existe diferença entre racismo individual e institucional. O racismo individual é estabelecido por interesses pessoais que partem de atitudes de cada indivíduo, já o racismo institucional é praticado pelo Estado. Nesse sentido, políticas públicas, muitas delas institucionais, têm sido elaboradas na tentativa de desconstruir esse racismo estrutural, anteriormente destacado.

Assim, essas políticas afirmativas voltadas às cotas raciais e sociais, que no Brasil visam também alterar estruturas, iniciaram-se em 17 de novembro de 1999, mas só posteriormente em 2004 foram implementadas com objetivo de diminuir as diferenças raciais construídas ao longo da história. Atualmente, são

empregadas em 59 universidades federais e também nos institutos e universidades estaduais pelo Brasil.

Desse modo, grande parte das universidades públicas possuem cotas raciais. As mesmas cotas raciais são ações afirmativas que não foram introduzidas para privilegiar negros, mas a fim de diminuir as diferenças entre os grupos étnico-raciais no Brasil, especialmente os mais marginalizados como a população negra e indígena.

Trata-se de em um processo gradual, no qual o preconceito e a discriminação junto a esses grupos passam por mitigações em função da representatividade dos profissionais que se formam devido às políticas afirmativas e, também em função do debate que as mesmas geram na sociedade, inclusive no âmbito escolar em todos os seus níveis. Contudo essa é uma realidade recente no país e, justamente por isso a pesquisa aqui relatada teve como objetivo discutir a problemática do preconceito e discriminação racial no âmbito escolar, mais precisamente ao longo da vida escolar dos respondentes.

3 DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITOS ESPAÇOS ESCOLARES: UM OLHAR PARA A VIDA ESCOLAR E ACADÊMICA DE LICENCIANDOS DA UENP – CCP

Neste momento do trabalho, pretende-se relatar a parte empírica da pesquisa, a análise do processo de “gastação” de gente proposto por Ribeiro (1995) via preconceito e discriminação elucidados por Nogueira (2016) no âmbito escolar, a partir de questionários aplicados a discentes de três cursos de licenciatura da UENP – Campus Cornélio Procopio.

Desse modo, realizou-se aplicação de questionários através do *Google Forms*, determinada ferramenta foi escolhida no intuito de preservar a imagens dos respondentes, sendo assim, todas as respostas foram coletadas de forma on-line e sem identificação, evitando o constrangimento dos mesmos, buscando que através dessa configuração que se sentissem a vontade para expor suas

experiências na condição mais verdadeira possível, acerca da questão do preconceito e da discriminação racial no ambiente escolar, as divulgações feitas através de e-mails enviados a todas as salas dos cursos de Licenciatura em Geografia, Ciências Biológicas e Matemática, da UENP – Campus Cornélio Procopio PR, solicitando colaboração e incorporando o link do questionário anexado, junto às visitas de feitió presencial, turma a turma para a disponibilização dos QR Codes no qual a leitura encaminhava por imediato para a plataforma do questionário, atingiram 28 alunos.

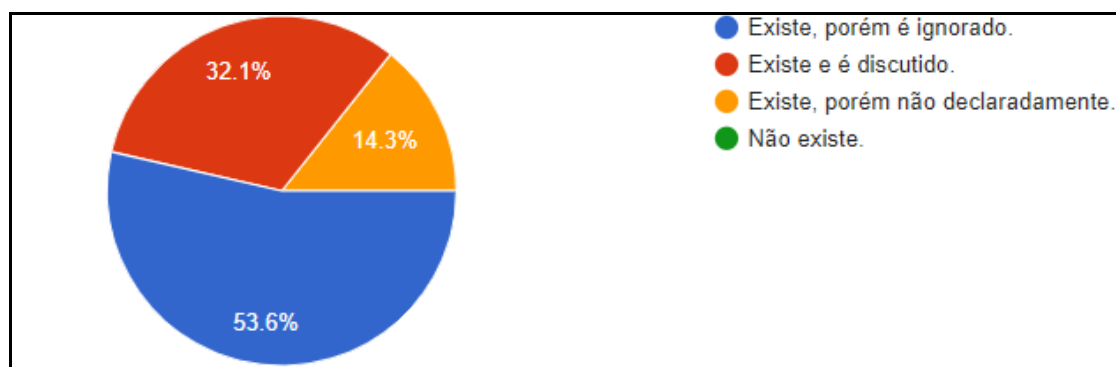
Os questionários aplicados abarcavam questões quantitativas e qualitativas referentes à percepção do preconceito racial e se o aluno já presenciou preconceito ou foi vítima dele no ambiente escolar ou universitário. Além disso, também haviam questões referentes às cotas raciais como estratégia para minimizar a “gastação” de gente, negra em especial. Vale destacar que, a instituição lócus da pesquisa passou por processo de implementação de cotas raciais e sociais em 2017. Nesse processo, definiu-se que 20% das vagas seriam destinadas para candidatos das escolas públicas e 20% para autodeclarados negros, oriundos de escolas públicas. Com isso, iniciou-se um processo mais efetivo de democratização do ensino superior público no norte pioneiro e de discussão dessas questões.

Em uma das questões acerca da percepção do preconceito racial, entre os respondentes, cerca de 53,6% dos alunos afirmaram que existe, todavia é ignorado; 32,1% dos discentes disseram que existe e é discutido, por fim 14,3% dos que responderam à questão assinalaram que existe, mas não é declarado.

Os mesmos tinham por intento compreender se esse processo de gastação destacado por Ribeiro (1995) se realizou ou foi percebido ao longo da vida escolar e acadêmica dos entrevistados, que hoje cursam licenciaturas.

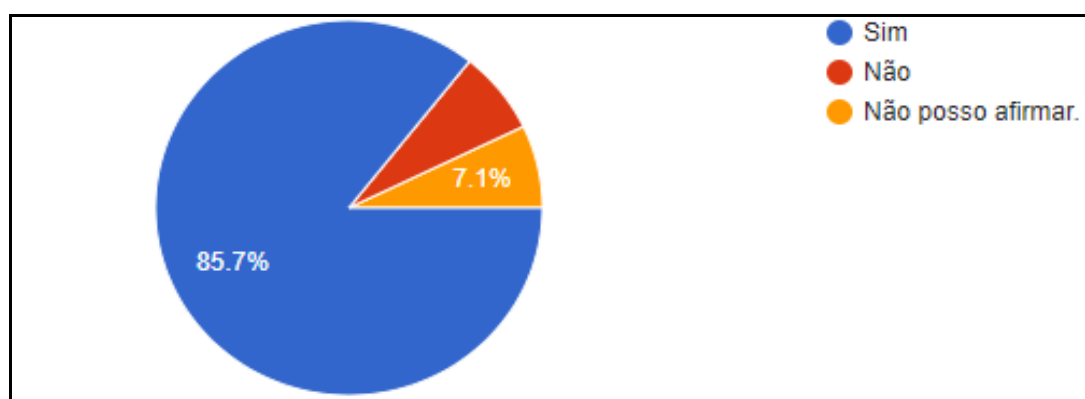
No gráfico abaixo é possível verificar a porcentagem de pessoas que entendem como importantes às cotas raciais em universidades públicas.

Gráfico 1: Em relação ao preconceito racial a sua percepção é:



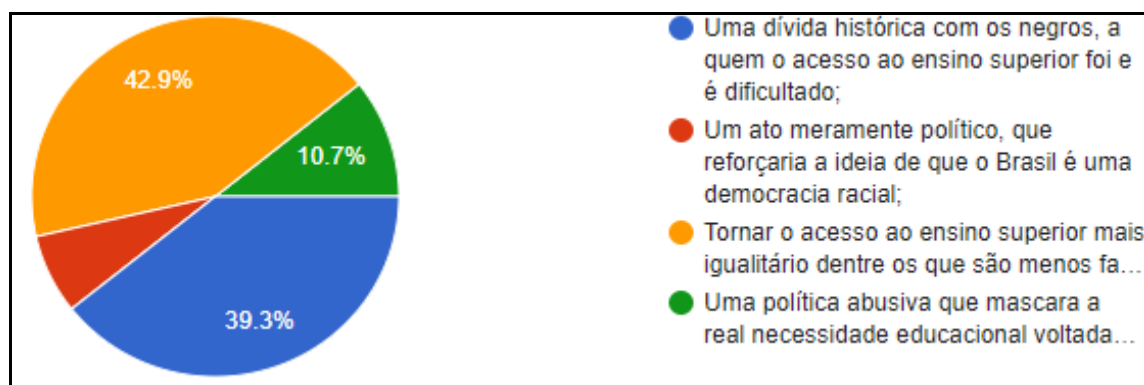
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2: O sistema de cotas raciais nas Universidades públicas é importante?

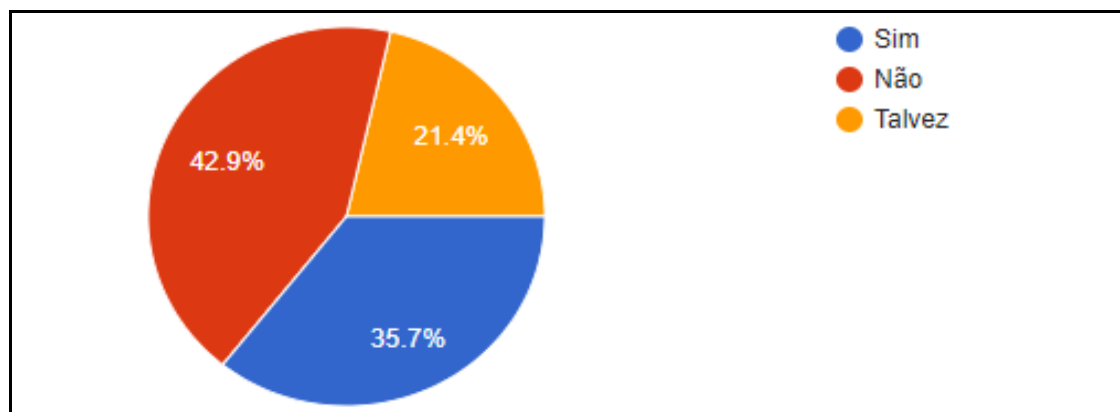


Fonte: Elaborado pela autora

E em seguida podemos observar a opinião dos respondentes acerca da importância das cotas raciais. Logo, foi possível verificar que o racismo é discutido, mas faltam políticas sociais para que a sociedade possa entender que as cotas raciais não servem como forma de privilégio, mas sim para amenizar as desigualdades sociais, econômicas e educacionais. Constatando que ainda existem muitas discrepâncias de informações e dúvidas em torno do assunto. Como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3: O que justifica a implementação do sistema de cotas raciais:

Nesse sentido, observa-se que o ambiente escolar/universitário é discriminatório em algumas ocasiões, pois a questão abaixo mostra o percentual de pessoas que perceberam diferença no tratamento dado a brancos e negros. Observa-se no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Em relação ao ambiente escolar e/ou universitário, você percebe diferença no tratamento dado a brancos e negros?

Fonte: Elaborado pela autora

As cotas raciais não são privilégios, mas sim uma dívida para com os negros e indígenas. Essa dívida não é recente, mas sim da humanidade, uma dívida que não será paga, mas pode ser mitigada pelas políticas afirmativas.

As consequências do racismo são intensas, especialmente junto a crianças em idade escolar. Cerca de 78% da população pobre no Brasil é negra, e crianças

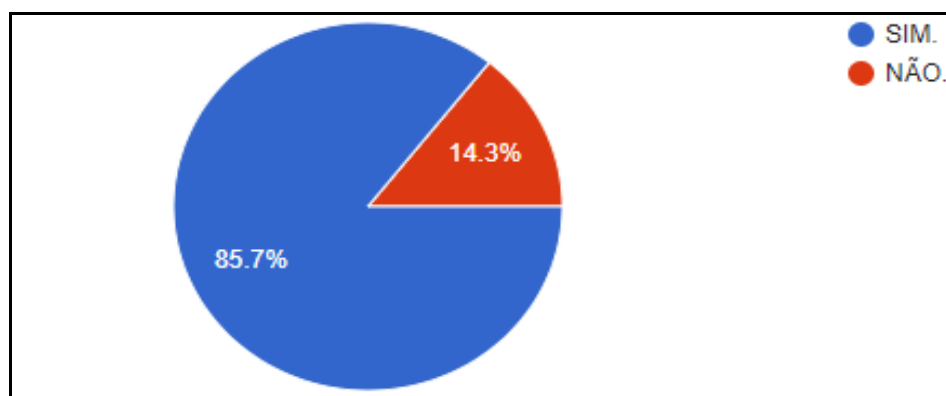
negras são as mais exploradas pelo trabalho infantil, segundo dados do PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que aponta que 64% das crianças e adolescentes que trabalham são negros.

É importante destacar que existe uma tendência à evasão escolar em função dessa realidade, que pode ser agravada pelo racismo presente no ambiente escolar. Diante de tal conjuntura social, percebeu-se na avaliação das respostas obtidas através dos questionários que o ambiente escolar e universitário ainda não está preparado para atuar contra o racismo. O que se revelou foi uma falta de informação e/ou intolerância por parte da comunidade acadêmica.

Segundo Silva (2001), no âmbito escolar esse problema acontece com frequência, e muita das vezes passa despercebido pelos professores e equipe pedagógica. O autor supracitado revela que os livros didáticos marginalizam o negro, pois, por exemplo, retratam criminalidade ou pobreza em fotos onde pessoas negras são estampadas. Essa situação reforça o estereótipo de que os negros são inferiores aos brancos.

Ao serem questionados se haviam presenciado alguma situação ou atitude racista dentro do ambiente escolar, 85% dos alunos responderam que sim, o que reitera a problemática que sustenta o racismo.

Gráfico 5: Já presenciou alguma atitude racista?



Fonte: Elaborado pela autora.

No primeiro gráfico que diz respeito a presenciar atitudes racistas, observa-se que embora a maioria dos respondentes acenem que já foram testemunhas de alguma prática discriminatória racial, entende-se que, esse percentual pode ser maior, visto que existe a discriminação velada. Isto é, aquela que não é percebida pelo grupo, inclusive tal fenômeno se dá em função do preconceito de marca presente no Brasil segundo Nogueira (2016). Outro fator nesse processo é quando o indivíduo nega a discriminação, enfatizando que é uma opinião pessoal e não um ato racial.

Já no que tange ter sofrido racismo observa-se que 67,9% sofreram preconceito racial, esse índice pode ser maior, visto que existe o preconceito velado, que algumas vezes acaba sendo não percebido.

No que tange a essas vivências na escola, inclusive na escola básica, também foi solicitado aos os respondentes que relatassem situações de preconceito vivenciadas por eles. Algumas das respostas foram: *"A professora ignorou o aluno negro da sala de aula, como se ele não existisse"* e *"Ao fim de uma aula, a professora simplesmente se negou a um aperto de mão ao único aluno negro da sala, por simples fato do mesmo ser negro sendo comprovando posteriormente por uma fala racista"*.

Quando esses questionamentos se realizam no âmbito da universidade, lócus da pesquisa, percebe-se a necessidade de debate sobre o tema, pois também nesse espaço a equipe pedagógica devem buscar métodos para esclarecimentos e canais de denúncia. Posto que, segundo a presente pesquisa o preconceito racial está na universidade, a mesma mostra que 53,6% acredita que há preconceito racial na UENP. No entanto, 42,9% dos respondentes afirmaram que não há tratamento diferenciado entre negros e brancos. Percebe-se inicialmente certa dificuldade em entender o que é o racismo e quais atitudes denotam preconceito, mesmo sabendo da sua existência, o que são características próprias do racismo no Brasil como aponta Nogueira (2016).

Também se questionou os respondentes sobre as soluções encontradas, isto é, o que foi realizado para resolver essas situações de preconceito vivenciadas. Nas respostas, percebeu-se que profissionais da educação devem buscar projetos de intervenção para minimizar tal problema.

Os dados corroboram a existência da problemática racial, que gera discriminação ao longo da vida escolar dos sujeitos, direta e indiretamente e também no ambiente universitário. Contudo, entende-se também que é possível minimizar esses problemas, nos quais alunos e professores possam juntos buscar formas de intervir nesse processo. Acerca dessa questão os próprios respondentes apontam as seguintes falas como saídas para enfrentar a gastação de gente negra e indígena no âmbito escolar: *“O assunto deve ser tratado com mais atenção nestes ambientes, e ser dialogado nas escolas.” “Deveria haver mais debates sobre o assunto, palestras, filmes, mostrar realmente como o preconceito ainda está impregnado no meio escolar e na sociedade.” “falar mais sobre o assunto, apresentar as diversas culturas que existe na escola, promovendo respeito entre todas elas.”*

Percebe-se, portanto, que mesmo se tratando de um processo demorado e dificultoso, uma vez que falta interesse pela problemática por parte dos graduandos no campo da universidade e também da escola básica, é um processo necessário à formação desses alunos na perspectiva do ensino e da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no contexto histórico e social do preconceito racial no Brasil, e pautados nos conceitos de gastação de gente proposto por Ribeiro, o artigo buscou explorar as origens e consequências da discriminação no ambiente escolar, mais precisamente em três cursos em nível universitário em uma universidade pública do Norte do Paraná – UENP, Campus Cornélio Procopio.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi buscar uma explicação para esse fenômeno, bem como propor uma reflexão acerca dos fenômenos sociais e

culturais que permeiam as relações entre os indivíduos dentro do ambiente universitário, bem como o ambiente educacional e escolar como um todo.

Para tanto, discentes dos cursos de Geografia, Matemática e Ciências Biológicas concordaram em responder um questionário acerca do tema, e os resultados foram observados à luz dos teóricos brasileiros que versam sobre o assunto. Analisando a bibliografia existente sobre o tema aplicado ao contexto brasileiro, pode-se observar que, apesar da evolução social geral alcançada pela sociedade brasileira, o preconceito racial continua arraigado, ainda que de forma velada, contaminando os ambientes escolares, onde deveria ser combatido. Apesar da universidade estudada participar do sistema de seleção por cotas raciais e sociais, ainda se percebe a não-aceitação das diferenças raciais, fazendo com que alunos e professores reproduzam comportamentos e ideias preconceituosas.

A imposição de determinado comportamento, considerado aceitável porque segue uma norma implícita de costumes que excluem a cultura negra ou indígena, determina como interagem os elementos no ambiente universitário da mesma forma. Uma normatividade branca, por assim dizer, exclui manifestações de origem africana ou indígena, e pode até mesmo causar desconforto caso essas venham a acontecer dentro desse ambiente. Importante notar que, se a função da academia é gerar debate, reflexão e quebra de paradigmas, excluir, suprimir ou negar a existência de uma cultura negra e indígena como sendo nossa pode influenciar sobremaneira a visão elitista que ainda se tenha das universidades públicas brasileiras, mesmo com todo o esforço empreendido para democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil.

A dívida histórica e busca pela inclusão de negros e indígenas nos processos educacionais brasileiros não tem impedido que as práticas de preconceito racial se manifestem, como foi possível observar nos resultados obtidos através da aplicação dos questionários. Quase metade dos entrevistados afirmou não perceber diferença no tratamento dado a negros e brancos no

ambiente universitário. No entanto, mais de 85% deles afirmaram ter presenciado atitudes racistas nesse mesmo contexto, o que denota uma confusão dos próprios discentes quanto ao que pode ser considerado ou não atitude discriminatória.

Apesar da maioria dos entrevistados declararem que compreendem a importância de ações afirmativas como o sistema de cotas para a inclusão social no ambiente universitário, os números da evasão escolar para negros no âmbito educacional de modo geral demonstram que essas ações ainda são insuficientes para garantir que os objetivos da ação afirmativa sejam alcançados. Desse modo, o processo de gastação proposto por Ribeiro (1995), como um elemento de violência e exclusão dos negros, pode explicar em parte essa evasão.

Finalmente, conclui-se observando que o debate acerca do preconceito e discriminação racial junto ao ambiente escolar deve ser ampliado a fim de dirimir as diferenças estruturais enraizadas na sociedade, pois a partir de uma escola mais justa e inclusiva pode-se empreender mudanças duradouras no tratamento dispensado a negros e pardos. Se somos todos humanos, nossas origens étnico-raciais não podem ser fator de segregação e discriminação, especialmente no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. **A Geografia do Brasil Africano, o Congo e a Bélgica – uma aproximação.** Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.1, n.3 (2010), p. 1:27 ISSN: 2177-4366.

Artigo 5º da Constituição de 1988. Disponível em: <http://principiosconstitucionais.info/constituicao-federal/artigo-5.html> Acesso em: 31 ago. 2018.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas:** políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil¹. Revista de Antropologia USP, São Paulo, 2004, V. 47, 2004.

GUIMARÃES, A. S. **Como trabalhar com raça e sociologia.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

PAGER, D. **Medir a discriminação**. Tempo Soc., v. 18, n. 2, p. 65-88, nov. 2006.

PETTIGREW, Thomas F. (1982), "**A sistematização dos preditores do racismo: uma perspectiva empírica**", in Jorge Vala (org.), Novos Racismos: Perspectivas Comparativas, Oeiras, Celta, p. 79-101.

SILVA, Ana Celia da. **A Desconstrução da discriminação no livro didático**. p. 14, 2001.

SILVA, C. H. **Quilombolas paranaenses contemporâneos**: uma identidade territorial agenciada? Uma análise a partir do exemplo de Adrianópolis no Vale do Ribeira Paranaense. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2013.

SKLIAR, Carlos. **Desobedecer a linguagem**: educar. Trad. Giane Lessa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Todorov, Tzvetan. (1989). **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana (v. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.